

Faces demográficas da metropolização brasileira: algumas reflexões

José Marcos P. da Cunha

Prof. Dr. Na Universidade Estadual de Campinas

Késia Anastácio Alves da Silva

Doutoranda em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas

Luiz Antônio de Faria Chaves

Doutorando em Demografia pela Universidade estadual de Campinas

Guilherme Margarido Ortega

Doutorando em Demografia pela Universidade estadual de Campinas

Dafne Sponchiado

Doutoranda em Demografia pela Universidade estadual de Campinas

Resumo

No final do século XX, as dinâmicas da urbanização se alteraram concomitantemente às mudanças no sistema capitalista e às estratégias dos agentes produtores do espaço urbano. Ao lado das mutações no conteúdo das cidades, observaram-se também transformações em suas formas, que são cada vez mais dispersas e descontínuas; o que, segundo Sposito (2004), ocorre em sentido contrário ao movimento geral das transformações econômicas, políticas e sociais, que tendem à concentração. Devido a estas transfigurações, torna-se necessário pensar em novos elementos teóricos que possam elucidar as mudanças perpassadas nos ambientes urbanos, que estão em grande parte vinculadas às transformações no processo de acumulação capitalista, bem como à expansão no processo de metropolização. Portanto, tendo em vista a complexidade e rapidez da expansão que caracteriza o fenômeno metropolitano nos últimos anos, o objetivo deste artigo é, através de uma leitura demográfica, refletir sobre as metamorfoses no processo de urbanização. Assim, no sentido de elucidar o contexto de mudanças metropolitanas descritas, torna-se necessário pensar em novas noções e conceitos. Portanto, ao longo deste artigo alguns elementos teórico-analíticos serão desenvolvidos, tais como: **complementariedades, contiguidades socioespaciais e potencial endógeno de crescimento**. Destaca-se que as reflexões realizadas ao longo deste trabalho serão baseadas em observações empíricas e dados elaborados através dos censos demográficos.

Introdução

Como muitos estudos já mostraram (entre eles os de FARIA, 1991; MARTINE, 1994 e CUNHA, 2015), a segunda metade do século XX foi caracterizada pela expansão do fenômeno urbano e pela formação de grandes aglomerações urbanas. Alguns destes trabalhos mostraram que a expansão do urbano no Brasil ocorreu em concomitância ao crescimento da economia industrial que - em grande medida, foi impulsionada pela instauração do Plano de Metas e pelos planos de desenvolvimento implantados durante a segunda metade do século XX. Destaca-se que, do ponto de vista espacial e social, o processo de urbanização, bem como o de desenvolvimento da economia industrial no Brasil, foi caracterizado por desequilíbrios regionais e sociais, inclusive entre a cidade e o campo.

Outro aspecto a ser pontuado foi o seu acompanhamento pelo processo de concentração da população nos grandes centros urbanos. De acordo com Brito & Pinho (2012), “existe uma assimetria entre a distribuição espacial das atividades econômicas, que moviam o capitalismo retardatário, (...) e a redistribuição espacial da população”. Os autores ainda pontuam que a formação desigual do território brasileiro impulsionou os grandes movimentos populacionais tanto entre estados, quanto entre a cidade e o campo. Ressalta-se que muitos estados brasileiros, alguns localizados no Nordeste do país, se perfaziam como verdadeiros reservatórios de mão de obra, o que provocou um grande movimento migratório para regiões que concentravam as atividades econômicas. Como também já se sabe, esse período de estruturação do urbano e das grandes aglomerações urbanas no Brasil esteve associado aos grandes fluxos migratórios de longa distância (CUNHA, 2015) e, a maior parte das contribuições teóricas, ainda que diferenciadas em suas formas de explicar o fenômeno, estavam de alguma maneira pautadas pelo processo de desenvolvimento industrial e econômico (De HASS, 2008).

Portanto, os grandes fluxos migratórios se dirigiam aos grandes centros urbanos e marcaram a tendência de concentração. Contudo, a partir de 1980, observaram-se mudanças expressivas no processo de desenvolvimento econômico e social do país com impactos sobre o processo de redistribuição espacial da população e, conseqüentemente, sobre as principais zonas atrativas (em particular as RM's do Sudeste). Apesar deste fato, o presente trabalho não acredita na hipótese que tenha ocorrido um processo de desconcentração metropolitana.

De fato, se em 1970 pouco mais de 39% da população brasileira residia em grandes regiões metropolitanas, - em 2010 este percentual pouco se alterou, de acordo com os dados do último censo 41,6% da população brasileira ainda residia nas principais RM's¹ do

¹ Essas regiões metropolitanas referem-se aquelas criadas no âmbito federal na década de 1970. Sendo elas: Região Metropolitana de Belém (RMB), Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Região Metropolitana de Recife (RMR), Região Metropolitana de Salvador (RMS), Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Região Metropolitana do Rio de Janeiro

país. Porém, cabe ressaltar que, devido à queda nas taxas de crescimento das regiões metropolitanas no final dos anos de 1990², para alguns autores (tais como SANTOS, 1993) esse período foi caracterizado por uma “involução metropolitana”, ou seja: as metrópoles no final do século XX teriam perdido seu protagonismo e, agora, as chamadas cidades de porte médio e o interior se colocariam como protagonistas no processo de urbanização nacional. Contudo, como já ressaltado, as metrópoles nunca perderam sua relevância. Mantiveram sua importância e papel, tanto no âmbito da rede urbana, quanto no quesito de concentração populacional (SILVA, CUNHA e ORTEGA, 2017).

Não obstante, para muitos autores (DAVIDOVICH, 2004; LENCIONI 2011; SASSEN, 2001; MOURA, 2009) o que se notou não foi a perda da importância do protagonismo metropolitano, mas as mudanças nas suas formas, funções e conteúdo. Devido às reestruturações no âmbito produtivo e de acumulação capitalista no final do século XX, bem como ao avanço do neoliberalismo e da globalização, notou-se que algumas áreas no mundo passaram por profundas alterações em suas estruturas urbano-regionais como se verá ao longo deste trabalho. Estas mudanças levaram diversos autores a criarem novas nomenclaturas para a morfologia urbana que estava emergindo, tais como: cidade-região (SCOTT, 2001), cidade global (SASSEN, 2001), exópole (SOJA, 1994), cidade difusa (INDOVINA, 1990), edgcity (GARREAU, 1991), Metápole (ASCHER, 1998), entre outros.

Observa-se que muitas das questões e discussões relacionadas às metamorfoses³ ocorridas no processo de urbanização/metropolização já foram analisadas e detalhadas por diversos trabalhos anteriores (SOBRINO, 2007; CUNHA, 2011; SILVA, CUNHA & ORTEGA, 2017; LENCIONI, 2006; entre outros). No entanto, visando a melhor elucidação dos processos em questão, torna-se necessário pensar, de forma sistematizada as novas noções e conceitos, suscitados pelas referidas questões e discussões levantadas pelos estudos listados anteriormente. Este é o objetivo principal do presente artigo que, a partir de reflexões derivadas de um conjunto de estudos interconectados, busca desenvolver e apresentar algumas noções que são centrais para compreensão dos processos observados nas grandes aglomerações urbanas na atualidade, especificamente as idéias de complementaridades, contiguidades socioespaciais e potencial endógeno de crescimento.

Ressalta-se que, apesar de sua preocupação eminentemente teórica, as reflexões realizadas ao longo deste trabalho serão realizadas, como já reiterado, em análises e observações empíricas elaboradas em vários projetos no âmbito do grupo de pesquisa. Portanto, muitos dos conceitos e noções citadas anteriormente surgiram de estudos

(RMRJ)¹, Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

²Em grande parte, fruto do declínio no número médio de filhos por mulher e da redução dos fluxos migratórios de grande distância.

³O termo metamorfoses usado neste texto refere-se às mudanças perpassadas nos ambientes metropolitanos como descreve Lencioni (2011).

empíricos sobre o tema, sendo utilizadas como ferramenta analítica para a elucidação dos processos urbanos e metropolitanos que se encontram em curso na atualidade nas metrópoles brasileiras. Levando em conta ainda a especificidade deste trabalho, de trazer à tona a necessidade de repensar em termos teóricos as transformações no espaço urbano brasileiro, serão traçados paralelos com eventos ocorridos em outras metrópoles do mundo.

Este esforço é primordial e justifica-se na medida em que, recorrentemente ao longo do século passado, os fenômenos urbanos de transformação do território ocorridos nas grandes cidades dos países centrais do capitalismo foram seguidamente verificados nas cidades dos países periféricos, sempre guardando suas singularidades e geralmente ocorrendo alguns anos depois, ao invés de concomitantemente. Para este fim específico e ainda para dar mais força ao argumento teórico, os exemplos brasileiros serão alternados pelas análises presentes no livro *Metropolis en movimiento: Una comparación internacional.* (DUREAU et al., 2002) O livro traz o comparativo dos processos de redistribuição espacial da população em 19 metrópoles do globo e aborda, particularmente, as noções de contigüidades socioespaciais, de redistribuição interna da população e de complementaridades espaciais, mas não se atém a estes conceitos.

Assim, evidencia-se não somente a atualidade dos processos aqui tratados, mas também a consonância com o que vem sendo estudado pelos especialistas de outros países e a necessidade que tais processos sejam mais finamente detalhados e nomeados, afim de que possam ser incorporados no escopo dos estudos brasileiros sobre as questões urbanas e de população.

Mostra-se igualmente importante esclarecer que, ao longo do texto, serão resgatados exemplos específicos de estudos de algumas regiões metropolitanas do Brasil, elaborados em trabalhos anteriores pelos autores. Com isso, espera-se mostrar empiricamente a manifestação de alguns dos fenômenos e processos a serem analisados. No entanto, reafirma-se também o compromisso do trabalho em promover uma discussão mais geral sobre os rumos do processo de urbanização/metropolização no Brasil.

Sendo assim, a apresentação dos estudos de caso tem uma função muito mais ilustrativa dos elementos teóricos colocados em discussão do que propriamente compor um todo analiticamente coerente, até porque considera-se que seria uma grande pretensão pensar em um marco de referência que pudesse dar conta da diversidade e complexidade do fenômeno metropolitano brasileiro.

1. A formação das grandes aglomerações urbanas no Brasil: uma leitura através dos processos sociodemográficos

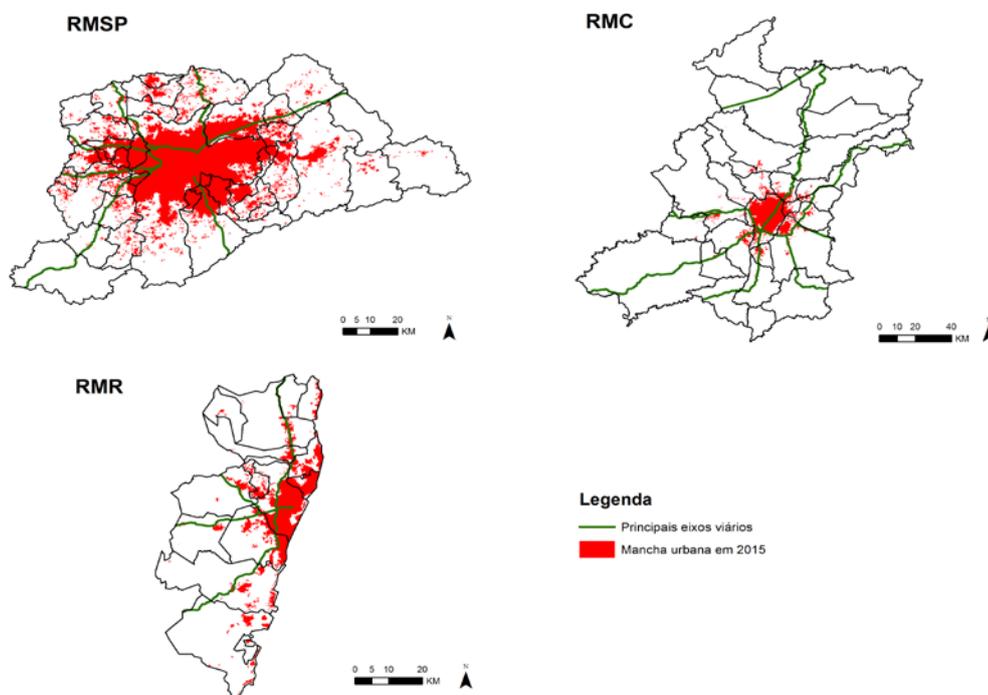
O rápido e inexorável processo de urbanização que atravessou o país nos últimos cinquenta anos foi acompanhado pelo evolução da metropolização do espaço. Segundo o

IPEA (2010), a metropolização consiste na integração do território a partir de uma cidade central com as cidades adjacentes através do compartilhamento de funções e infraestruturas de interesse em comum, configurando um único sistema urbano. Este sistema é caracterizado por uma urbanização contínua que vai além dos limites administrativos dos municípios.

Pontua-se que este processo de metropolização foi assinalado por um modelo de crescimento urbano extensivo, que gerou uma forma urbana que, por sua vez, cresceu e se espalhou em forma de “mancha de óleo”, com um centro e uma periferia se espalhando de maneira tentacular em contínua expansão (LACERDA *et. al.* 2000). Por vezes, os tentáculos seguiram os eixos viários, onde existia uma pequena oferta de infraestrutura básica e serviços urbanos, como pode ser observado na mancha urbana de algumas regiões metropolitanas (MAPA 1).

Portanto, uma marca indiscutível do modelo de urbanização e metropolização ilustrado no Mapa 1, é o aqui se propõe chamar de **contiguidade socioespacial**. Em outras palavras, nesta expansão do fenômeno urbano em forma de “mancha de óleo”, os diversos municípios que conformam as RM's foram se unindo através de um *continuum* de ocupação, constituindo uma única cidade, ainda que formada por diferentes municípios.

MAPA 1: Mancha urbana das regiões metropolitanas de São Paulo (RMSP), Curitiba (RMC) e Recife (RMR).

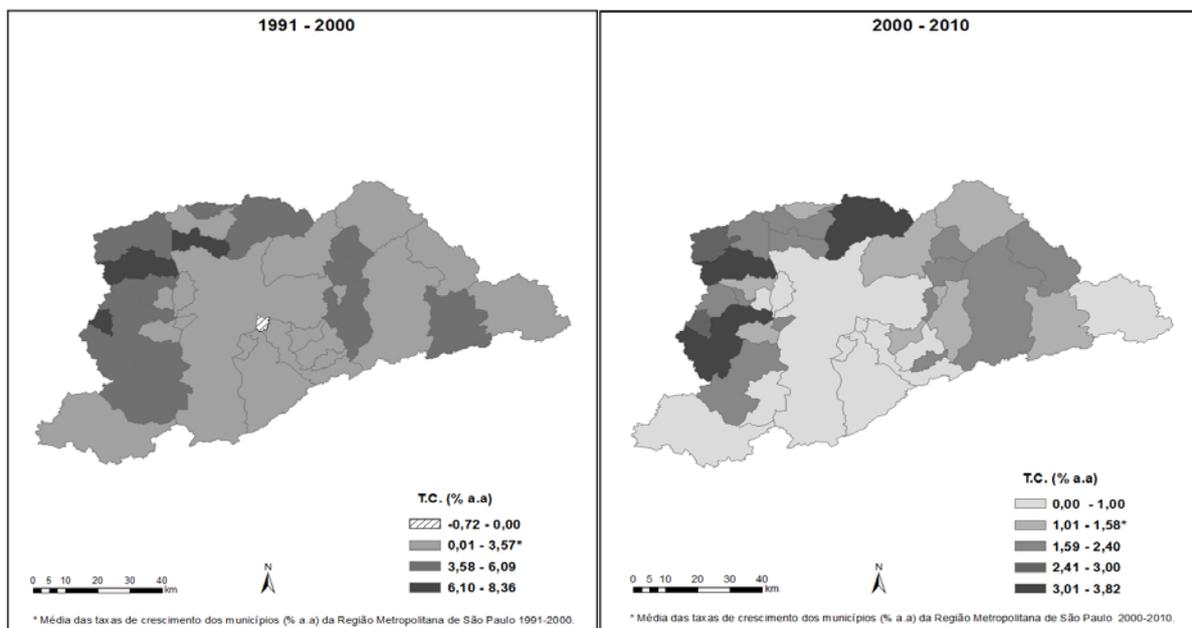


e: IBGE: Censos Demográficos, 1991, 2000 e 2010.

Font

Do ponto de vista eminentemente demográfico, essa “contiguidade socioespacial” também pode ser elucidada através das taxas anuais de crescimento populacional para a Região Metropolitana de São Paulo (Mapa 2)⁴. Através desta figura, além de observar a redução nas taxas de crescimento populacional nos períodos analisados, percebe-se também as tendências de vetores de ocupação e expansão. Por exemplo, é possível notar que muitos municípios possuem as mesmas taxas de crescimento, ou seja, os vetores de ocupação e expansão não respeitam os limites administrativos, mas seguem as tendências socioespaciais que, em grande parte, são ditadas pelos agentes estruturadores do espaço urbano.

MAPA 2: Taxas geométricas anuais de crescimento populacional. RMSP – 1991/2000 e 2000/2010.



Fonte: Cunha *et al*, no prelo.

⁴ Para não alongar muito o texto, decidiu-se considerar apenas o primeiro aspecto.

Ainda em relação ao Mapa 2, nos dois períodos considerados, constata-se que a periferia⁵ da RMSP possuía uma taxa de crescimento superior ao município polo da região. Este fato revela o modelo de estruturação espacial baseado na existência de um centro e uma periferia, definindo uma forma específica de apropriação social, econômica e política do território. Ou seja, o processo de periferização no Brasil deu-se considerando as peculiaridades da ocupação das áreas periféricas (em termos geográficos) em relação às zonas centrais metropolitanas – em um processo geralmente associado à precariedade social da urbanização de tais áreas. Esta dinâmica também pode ser elucidada pelo Mapa 2 e igualmente ilustrada pela Tabela 1.

Cenário semelhante se verifica em outras áreas metropolitanas do globo, como no caso de Bogotá, na Colômbia. O crescimento da área metropolitana para os limites da periferia geográfica respondeu, em um primeiro momento, à fixação de residência da população com menos acesso à renda e em piores condições habitacionais, em um processo de forte autoconstrução. Mais recentemente, a expansão para além do centro tem ocorrido em função de mobilidade residencial da população mais abastada.

El proceso de metropolización, el extendimiento de los subúrbios populares y la desconcentración residencial de las poblaciones más acomodadas sobre los municipios de la periferia metropolitana se realizan al tiempo con una densificación rápida de ciertos espacios pericentrales. [...] la diversidad de las formas de desarrollo metropolitano periférico y de la densificación, asociada a la gentrificación, del pericentro norte.
(DUREAU, 2002, p. 31)

Através da tabulação apresentada a seguir, constata-se que as periferias, ao longo do tempo, foram aumentando o seu percentual de participação da população. Por exemplo, em 1970, a periferia tradicional (conceito que será desenvolvido adiante) da Região Metropolitana de Belo Horizonte concentrava apenas 6% da população, em 2010, este percentual passou para 19,4%. Concomitantemente, o polo regional (o município de Belo Horizonte) diminuiu sua participação relativa, passando de 71% para 48% da população da região entre 1970 e 2010. Esse processo foi igualmente observado em todas as regiões citadas analisadas na Tabulação 1.

Tabela 1: Participação relativa na população regional e estadual por grupos de municípios⁶. Regiões metropolitanas selecionadas. 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

⁵ Para Bonduki e Rolnik (1979), em seu sentido "tradicional e sociológico", as periferias seriam aquelas zonas "de baixo diferencial de renda da terra", onde seria mais acessível viver e, portanto, o local típico de assentamento da população de baixa renda. Geralmente coincidem com o sentido geográfico associado a palavra, correspondente às áreas imediatamente circundantes a uma centralidade urbana. Nos últimos anos, considera-se, no entanto, uma tendência de complexificação do padrão centro-periférico de estruturação urbano-metropolitana, o qual se manifesta, a partir da heterogeneização social das periferias "tradicionais" e do surgimento de novas periferias "elitizadas", em uma discussão a ser melhor desenvolvida nas seções posteriores do presente texto.

⁶ A tipologia utilizada teve como intuito agrupar os municípios no sentido de refletir sobre o seu papel na estrutura metropolitana, e foi elaborada com base no tamanho populacional, no valor agregado gerado e na composição da população segundo escolaridade.

RMs	Ano	Grupos de municípios					Total - RMs	Peso das RMs nas Ufs	Total - Ufs
		Polo	Subpolo	Periferias elitizadas	Periferia tradicional próxima	Periferia tradicional distante			
		%							
RMB	1970	92,4	3,3	.	2,0	2,3	685616	31,6	2166998
	1980	89,3	6,3	.	2,1	2,3	1045517	30,7	3403498
	1991	86,8	6,1	.	4,8	2,3	1434634	29,0	4950060
	2000	69,6	21,4	.	6,6	2,4	1838763	29,7	6195965
	2010	66,3	22,5	.	8,4	2,8	2101883	27,7	7581051
RMF	1970	75,9	6,7	.	5,7	11,7	1130145	25,9	4361603
	1980	76,9	7,0	.	5,1	10,9	1699421	32,1	5288429
	1991	71,9	15,1	.	4,3	8,7	2460827	38,7	6366647
	2000	70,1	16,3	.	4,6	9,1	3056769	41,1	7431597
	2010	67,8	17,3	.	5,0	9,9	3615767	42,8	8452381
RMR	1970	58,1	21,7	.	14,8	5,4	1827173	35,4	5160625
	1980	50,4	25,7	.	18,8	5,1	2386453	38,9	6142229
	1991	44,5	28,4	.	21,9	5,2	2919979	41,0	7127855
	2000	42,6	28,4	.	23,1	5,8	3337565	42,1	7929154
	2010	41,7	27,7	.	24,0	6,7	3690547	42,0	8796448
RMS	1970	83,1	3,6	.	8,0	5,3	1211950	16,2	7493437
	1980	81,3	6,7	.	7,6	4,4	1847809	19,5	9455392
	1991	80,2	7,1	.	9,2	3,5	2586366	21,8	11867991
	2000	78,3	8,8	.	9,7	3,2	3120303	23,8	13085769
	2010	74,9	11,4	.	10,5	3,2	3573973	25,5	14016906
RMBH	1970	71,6	8,6	3,8	6,5	9,4	1724820	15,0	11485663
	1980	66,4	13,6	2,9	9,6	7,5	2681778	20,0	13380105
	1991	57,3	17,6	2,9	14,7	7,4	3522908	22,4	15743152
	2000	51,4	19,4	3,0	18,3	8,0	4357942	24,3	17905134
	2010	48,6	20,1	3,4	19,4	8,4	4883970	24,9	19597330
RMRJ	1970	61,8	27,8	.	8,7	1,7	6879183	76,5	8994802*
	1980	58,1	30,6	.	9,2	2,0	8758436	77,6	11291631
	1991	55,9	32,5	.	9,1	2,5	9796649	76,5	12807706
	2000	53,9	28,0	.	13,3	4,8	10869255	75,5	14392106
	2010	53,4	26,5	.	14,6	5,5	11835708	74,0	15989929
RMSP	1970	72,8	15,9	2,2	7,5	1,7	8139705	45,8	17770975
	1980	67,5	17,1	2,2	11,1	2,2	12588745	50,3	25042074
	1991	62,5	17,4	2,7	14,1	3,3	15444941	48,9	31588925
	2000	58,4	18,0	3,1	16,2	4,3	17878703	48,3	37035456
	2010	57,2	17,7	3,5	17,0	4,6	19683975	47,7	41262199
RMC	1970	67,1	11,6	0,4	11,4	9,5	907391	13,1	6929821
	1980	66,9	14,6	0,4	12,2	6,0	1532383	20,1	7629849
	1991	62,6	18,1	0,5	14,1	4,8	2101681	24,9	8448713
	2000	57,3	20,8	4,3	13,6	4,0	2768394	28,9	9564643
	2010	55,2	22,3	4,3	14,4	3,8	3174201	30,4	10444526
RMPA	1970	50,5	22,9	4,6	10,4	11,5	1751889	26,3	6664841
	1980	45,6	25,9	4,0	13,9	10,5	2468028	31,7	7773849
	1991	39,1	29,1	3,7	16,8	11,3	3230732	35,4	9138670
	2000	36,6	29,5	3,6	18,9	11,4	3718778	36,5	10187842
	2010	35,6	29,7	3,5	19,0	12,1	3958985	37,0	10693929

Fonte: Cunha et al, no prelo.

Ainda em relação à tabela 1, nota-se que as RM's continuam tendo um papel relevante no tocante à concentração de população no contexto regional em que estão inseridas. Neste sentido, observa-se que, mesmo com menor ritmo de crescimento nas últimas décadas (exceção feita às RM's de São Paulo, Rio de Janeiro e Belém), todas as demais regiões metropolitanas apresentadas aumentaram sua participação relativa em relação ao total de população de suas respectivas UFs ao longo dos anos analisados.

Portanto, se as RM's ainda se mostram proeminentes no processo de redistribuição populacional no contexto regional no qual elas estão inseridas, no que toca à sua dinâmica demográfica interna, esse quadro fica ainda mais evidente. Conforme sugerido pelos dados da Tabela 1, as nove RM's "federais" apresentam, sem exceção, o que aqui propomos

chamar de **potencial endógeno de crescimento ou de redistribuição interna de sua população**. De fato, verifica-se nas regiões metropolitanas brasileiras um baixo crescimento demográfico, especialmente em decorrência da aceleração da queda das taxas de fecundidade ocorrida nas últimas décadas e ao arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância. Todavia, em função da grande concentração demográfica e das dinâmicas de uso e ocupação de seus territórios, sem contar os processos demográficos inerentes (como envelhecimento da população, formação e desaparecimento de unidades domésticas, mobilidade residencial, etc.), pode-se dizer que a “grande cidade” mesmo crescendo cada vez menos globalmente, continua (e continuará por um bom tempo) produzindo um excedente demográfico que necessitará de algum lugar para viver que, em geral se redistribui pelas áreas periféricas das regiões metropolitanas.

Neste sentido, cabe ressaltar que no tempo pretérito, este fenômeno se vinculava em maior proporção às classes mais pobres que, em grande medida, encontravam nas áreas mais distantes (periferias geográficas) uma saída para sua permanência nos grandes aglomerados, principalmente no que diz respeito ao acesso à terra para moradia. Mais recentemente, ressalta-se que, em decorrência do processo de reestruturação urbana, novos grupos sociais passam a ocupar as zonas periféricas geográficas das cidades⁷. Nesse novo contexto de ocupação urbana, observa-se uma ressignificação do conceito de periferia, a partir do surgimento das “novas periferias metropolitanas” (COSTA org., 2006) ou “periferias elitizadas” (CUNHA, *no prelo*), vinculadas à ocupação de grupos sociais mais abastados. Elas acabam por se inscreverem no processo de periferização das aglomerações urbanas nacionais da atualidade, ao lado das periferias “tradicionais”, voltadas à ocupação dos extratos mais pobres da população. Esta periferia, que têm recebido a população intrametropolitana, teve seu perfil populacional transformado nas últimas décadas, com o surgimento de espaços voltados a população mais abastada. Este processo de modificação, em curso na RMSP, é comum às outras RMs brasileiras e têm ocorrido em outros lugares do globo. No caso da Região metropolitana do Cairo, por exemplo, a alta do petróleo no final da década de 1970 garantiu que as classes mais abastadas acumulassem capital e permitiu a ascendência social de muitos indivíduos, o que se refletiu na estrutura urbana da cidade, com o despovoamento do centro e conseqüente ocupação da periferia.

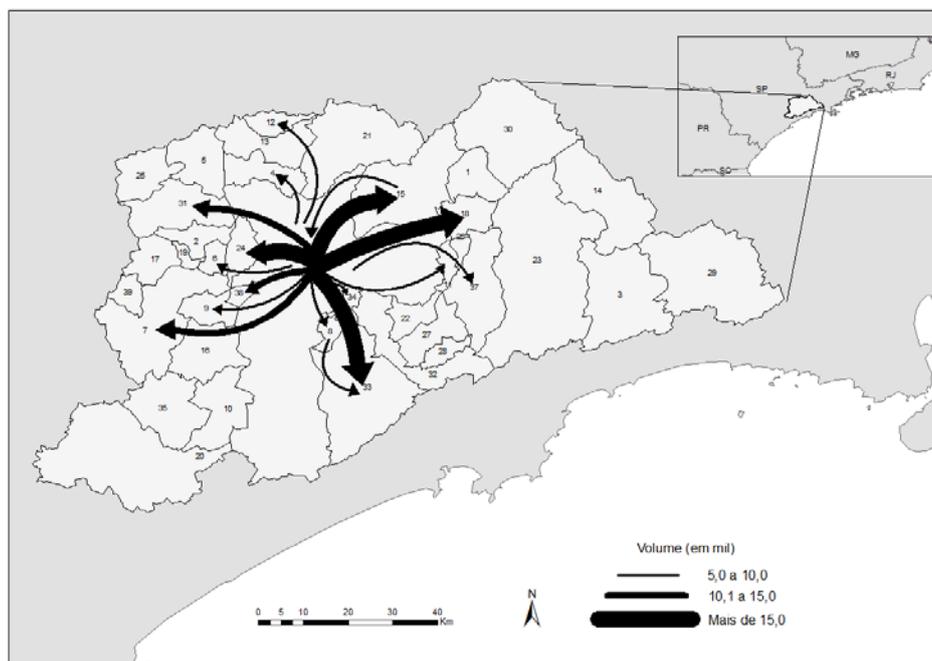
El exodo del centro hacia la periferia presenta dos configuraciones principales. Una configuración ‘forzada’, que concierne a amplios sectores de las clases medias que se desplazan de la ciudad planificada hacia la ciudad no planificada. Estos desplazamientos inducen una recalificación de

⁷ Fenômeno estudado por Caldeira (2000).

estos lugares que se vuelven inasequibles para la población-objetivo de los años 1970. Esta población se vê relegada a la periferia más lejana u ocupa ilegalmente las propiedades del Estado (un fenómeno finalmente bastante limitado). Una configuración voluntaria: es el caso, por um lado, de una fracción de los sectores populares, los migrantes más afortunados de los años 1970, y, por El outro, de unas clases acomodadas, de nuevos ricos, y de una fracción de la clase media que cuenta com los recursos suficientes para pagar los precios de los nuevos condomínios de la ciudad planificada. Los primeros se desplazaram desde los barrios deteriorados hacia las zonas espontâneas. Los segundos se dirigen hacia los barrios cotizados, em particular los del oeste.
(EL KADI, 2002, p. 53)

Pontua-se que esta migração em direção as áreas periféricas é uma mobilidade do tipo centrífuga desde o *core* metropolitano em direção às periferias, como explicitado pelo Mapa 3 para Região Metropolitana de São Paulo. Neste sentido, mesmo verificando nos últimos anos a tendência de queda nos volumes dos fluxos migratórios (tanto em geral quanto nos intrametropolitanos), ressalta-se que a mobilidade intrametropolitana é aquela que é predominante e melhor serve para explicar o crescimento populacional em ritmo mais acelerado de algumas áreas ou de alguns municípios periféricos. Sobretudo, ao considerar a tendência de queda e certa estabilização da fecundidade da população, percebe-se que os diferenciais espaciais desaparecem, com implicações diretas sobre o crescimento vegetativo, que evolui rumo a uma convergência entre o centro e a periferia geográficos. Ou seja, o potencial endógeno de crescimento, que pode ser verificado a partir dos fluxos migratórios intrametropolitanos, dilui os diferencias entre os municípios que compõe as RMs, principalmente no tocante ao crescimento vegetativo, que perdeu muita importância nas últimas décadas, O caso da RMSP é muito ilustrativo deste processo, quando analisado a partir dos dados da tabela 1 e do mapa 3: ainda que as taxas anuais de crescimento da população tenham diminuído, a população ainda se redistribui no espaço metropolitano, principalmente no sentido do centro para a periferia.

Mapa 3: Fluxos migratórios intrametropolitanos. RMSP 2005-2010.



Fonte: Cunha et al, no prelo.

2. A expansão do processo de metropolização no Brasil e suas novas faces: uma leitura através da dinâmica demográfica

2.1 As mudanças nos processos de metropolização e a constituição de novas formas urbanas

Como visto anteriormente, tanto a urbanização quanto a formação de grandes aglomerados urbanos no Brasil ocorreram em paralelo à expansão do processo de industrialização. Neste sentido, Carlos (2013) relata que os lugares da metrópole fordista se qualificam como os espaços da infraestrutura e são inerentes ao desenvolvimento de diversas atividades e propiciam a realização do lucro no capitalismo industrial⁸. Segundo Magalhães (2008), o fordismo – aliado a um estado intervencionista, que cria e fornece os bens coletivos – foi o responsável pela consolidação de uma formação econômico-social e espacial que generalizou os pressupostos da reprodução ampliada do capital para diversas espacialidades e diversas esferas da reprodução social.

Como pontuado por alguns autores (HARVEY, 2013; DE MATTOS, 2004; CARLOS, 2013) a metrópole moderna, formada no período de constituição e consolidação do capitalismo industrial, passou a se apresentar como um empecilho para desenvolvimento do capitalismo no final do século XX. Nesse período, observaram-se importantes mudanças

⁸ De acordo Lipietz (1989), o fordismo central foi um regime de acumulação desenvolvido na maior parte dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) após a Segunda Guerra Mundial e caracteriza-se pela sistematização de um regime de produção em série. O mesmo autor destaca que este modelo foi transferido aos países periféricos através do processo de substituição de importação, porém de maneira incompleta. Nesse sentido, a aglomeração urbana que surge nos países centrais frente ao desenvolvimento do fordismo, difere-se da metrópole formada nos países periféricos. Assim, da mesma forma que o regime de acumulação fordista nestes países possui uma incompletude, seus impactos no processo de metropolização também são incompletos.

estruturais ao redor do mundo, que estavam relacionadas à ascendência da globalização, à difusão de tecnologias de informação, à crise dos estados-nação e ao regime de acumulação fordista.

Esses processos, aliados ao movimento de desintegração vertical da indústria⁹, à “recentralização” do capital nas áreas centrais, bem como a criação de condições gerais de produção voltadas a essa nova fase de acumulação do capital, redesenharam o espaço metropolitano, mudando as lógicas de proximidade entre regiões. Porém, cabe salientar que, mesmo com o desenvolvimento das tecnologias de informação, certas lógicas de proximidade ainda atuam na estruturação do espaço urbano-regional. É por essa razão que o processo de dispersão territorial da indústria não é infinito, mas possui uma lógica de concentração espraiada, ou seja, o território do processo produtivo tem se ampliado para as franjas das áreas metropolitanas centrais e em direção às aglomerações urbanas localizadas ao redor de regiões metropolitanas centrais (LENCIONI, 2003).

Cabe salientar que as transformações da metrópole não impactaram apenas a redistribuição espacial do setor produtivo, mas também redefiniram, em muitos sentidos, o seu papel e importância no ciclo produtivo com fortes implicações sobre o processo de revalorização do solo metropolitano. Devido à profunda reestruturação que circunscreveu essas regiões, a área metropolitana se tornou *lócus* dos centros de decisões e gestão, bem como passou a abrigar os setores produtivos mais dinâmicos da economia. Consequentemente, o espaço metropolitano tornou-se residência da parcela mais abastada dos setores sociais. Segundo De Mattos (2004, p.169), “o solo metropolitano adquiriu maior importância como meio privilegiado para a valorização de seus capitais, e assim os investimentos imobiliários cresceram de forma significativa e contínua nesse âmbito”.

Além do mais, a articulação dos principais atores do ambiente urbano favoreceu maiores intervenções que impactaram a expansão e o crescimento do ambiente urbano, “isso porque se liberalizaram as condições para materializar as preferências de localização das empresas e famílias, cujas estratégias, decisões e ações se fortaleceram nos processos de desenvolvimento urbano” (DE MATTOS, 2004, p.169).

Em outras palavras, a revalorização do solo metropolitano reacendeu o interesse de diversas frações que atuam sobre o capital imobiliário e que passaram a intervir no crescimento e expansão deste, atuando como verdadeiras “*urban growth machines*” (MOLOTCH, 1976), que, nas palavras de Lessa (1985), constituem “frentes de valorização” para o capital mercantil, determinando o “vetor” dos processos de ordenamento e desordem

⁹ Segundo Lencioni (2003, p. 3) “a desintegração vertical significa que fases de um mesmo processo produtivo não estão mais integradas numa mesma empresa ou numa mesma fábrica. A empresa quer constituindo um grupo econômico ou não, atua por meio de diversas unidades e tem na gestão do capital, ou seja, na direção e controle do capital, o elemento integrador da dispersão territorial de suas unidades”.

da vida urbana nos espaços metropolitanos subdesenvolvidos. Portanto, estes processos transfiguram-se como expressão de um novo cenário: agora a metrópole se coloca, ao mesmo tempo, como condição e meio para o processo de reprodução do capital, bem como um produto para o capital imobiliário.

Assim, devido às mudanças no modo de acumulação capitalista, ao processo de reestruturação produtiva e à globalização, as metrópoles constituídas durante o século XX passaram por profundas reestruturações em suas formas, funções e estruturas no final deste mesmo século. Mayer (2000) denomina essas mudanças como a passagem da metrópole moderna para contemporânea; Lencioni (2011) ressalta que agora a metrópole se apresenta como a metrópole metamorfoseada e, como indicado na introdução deste trabalho, muitos autores tentaram nomear a nova morfologia urbana que passou a emergir no início do século XXI.

Essa nova morfologia se coloca como um nó frente à economia globalizada, conectando-se com outras regiões ao redor do mundo através de um espaço de fluxos (CASTELLS, 1999) que não respeita as antigas lógicas de hierarquias e redes urbanas. Ou seja, observaram-se significativas mudanças nas funções exercidas por muitas metrópoles devido às reestruturações ocorridas no final dos anos de 1990. Também se notou que algumas áreas metropolitanas passaram por tais mudanças urbanas para atender às novas lógicas de acumulação do capital, bem como à dinâmica do mundo globalizado.

Em síntese, nota-se a emergência de uma configuração urbana mais complexa, que se distingue da grande cidade constituída no tempo pretérito. Moura (2009) ressalta que estas novas configurações espaciais transcendem a noção de cidade enquanto área construída e ponto de determinadas funções no âmbito da rede urbana. Para a autora, o que ocorre é “uma conjugação entre o urbano e regional, resultando em uma configuração híbrida, complexa e multiescalar” (MOURA, 2009, p.28).

Acredita-se que no caso do Brasil, a morfologia urbana mais complexa que emerge fruto de grandes mudanças estruturais é a chamada Macrometrópole Paulista. Esse aglomerado se localiza no cone leste do estado de São Paulo e se perfaz como o sistema de cidades mais importante do país (CUNHA *et al*, 2013). É composta por 174 municípios que estão divididos em cinco regiões metropolitanas (Região Metropolitana de São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Baixada Santista e Sorocaba); duas aglomerações urbanas (Aglomeração Urbana de Jundiaí e de Piracicaba) e duas microrregiões (Microrregião de Bragantina e São Roque). Além do mais, essa área ocupa 20% do território do estado de São Paulo, onde vivem mais de 30 milhões de pessoas e representa 73% da população do estado. Esta unidade regional produz 83% da riqueza do estado e 28% do total produzido no país (CUNHA *et al*, 2013).

2.2 Entre a coesão e a dispersão: as características da expansão do processo de metropolização do espaço pelo olhar demográfico.

Como ressaltado anteriormente, a metrópole contemporânea que emerge em São Paulo tem uma imagem espalhada com limites territoriais imprecisos, característica que, de acordo com Reis (2006), está presente nas RM's que compõem a Macrometrópole Paulista. Para Lencioni (2015) a combinação entre dispersão e concentração configura o novo espaço metropolitano, já que, ao mesmo tempo em que o tecido metropolitano assume uma forma dispersa, ele também é aglomerativo – ou seja, ainda faz parte de uma aglomeração.

Ainda de acordo com Lencioni (2015), a dispersão urbana está intrinsecamente relacionada à fragmentação da unidade, tendo em vista que a dispersão fragmenta o tecido urbano. A autora afirma que a chave para se compreender os limites da dispersão reside no exame da integração da dispersão. Em outras palavras, uma região pode ser expressa pela descontinuidade territorial dos fenômenos, desde que haja integração na dispersão e que esta integração ocorre através de um espaço de fluxos.

De acordo com Reis (2006), o fenômeno de dispersão urbana está vinculado ao processo de descontração industrial e de difusão do processo de urbanização, que se estende por um amplo território e atinge diversos núcleos urbanos com espaços intersticiais, porém, com vínculos profundos entre si, o que caracteriza a formação de um único sistema urbano. A morfologia urbana dispersa, portanto, é assinalada por espaços urbanos descontínuos, áreas rurais e núcleos urbanos de diversos tamanhos e com distintas funções. O que também se observa nessa forma urbana dispersa é que a população residente, tanto em grandes centros urbanos, quanto em núcleos de pequeno porte ou em áreas rurais, passa a adotar novos modos de vida e são caracterizadas por uma maior mobilidade. Este padrão de ocupação das áreas periurbanas é consistente com o desenvolvimento das áreas metropolitanas, como destacado no excerto a seguir.

El movimiento de de desconcentración de los ciudadanos es, em ciertos caso, motivado por la búsqueda de un mejor entorno de vida y da lugar a um proceso de rurbanizacion (...) [como la] proliferación de lãs dachs em los campos y bosques alrededor de Moscú, la conversión de las farm houses al sur de Delhi, o aun los conjuntos cerrados que se multiplican alrededor de los núcleos aldeanos em la sabana, al norte de Bogotá.. Em las grandes metropolis de países industrializados, también se observaron numerosos fenômenos de extensión urbana alejada y discontinua, relacionada con la difusions del uso del automóvil y com el desarrollo del habitat individual.

(DUPONT e PUMAIN, p 9, 2002)

A despeito desta expansão, deve-se reconhecer que a dilatação do periurbano se associa muito mais a um fenômeno de ordem metropolitana e, portanto, aos elementos

demográficos mais diretamente a eles ligados, tais como a migração intrametropolitana e suas motivações, entre elas as mudanças no ciclo de vida e na composição dos domicílios.

Neste contexto de aumento da importância da migração intrametropolitana, o termo “**mobilidade residencial**” parece, segundo a leitura proposta pelo presente trabalho, contemplar melhor as características da migração intrametropolitana. De acordo com Sobrino (2007), pode-se pensar que o termo “mobilidade residencial” seria mais adequado, na medida em que este alude a um movimento não apenas nitidamente metropolitano e motivado pela questão habitacional, mas também e, sobretudo, porque não implica em uma mudança de espaço de vida¹⁰. Cabe destacar que, embora a mobilidade residencial tenha um caráter tipicamente metropolitano, esta também é estruturante no processo de dispersão urbana para além dos limites das áreas metropolitanas, sendo que isso se observa claramente no âmbito da macrometrópole.

O que não se pode negar é que, no contexto destas novas formas urbanas, tem-se uma ampliação do espaço de assentamento e circulação do cidadão metropolitano, tornando, portanto, necessário considerar novas escalas espaciais de análise. Em outros termos, embora não se deva (e não se possa) negar a manutenção de uma dinâmica típica e tradicionalmente metropolitana, a expansão do processo de metropolização exige uma perspectiva mais regional de análise.

Para Lencioni (2015) essas novas formas urbanas são constituídas a partir de um espectro multiescalar, ou seja, devem ser examinadas através de duas lógicas: a lógica topográfica e a topológica. Enquanto a primeira diz respeito à superfície do terreno, em que se pode “ver a densidade dos lugares, quer em termos de edificações e de atividades urbanas, concorrendo para distinguirmos a concentração da dispersão”, a partir da segunda se apreende “a densidade virtual dos lugares, medida em termos dos fluxos imateriais entre dois pontos, que dizem respeito aos fluxos de informação e comunicação” (LENCIONI, 2008, p.17 e18).

Do ponto de vista demográfico, especialmente da **concentração/desconcentração** populacional, este conceito se torna essencial para entender o papel dos fluxos populacionais no processo de constituição de novas formas urbanas. Claramente a questão estaria sendo avaliada aliando a partir da lógica topográfica que, justamente por sua natureza concreta e material (ou seja, as pessoas movendo-se no espaço), como ensinam os bons estudos sobre migração, imporia restrições ao alcance do fenômeno em termos espaciais. Com isso não se quer dizer que as pessoas não se movam a longa distância motivadas, por exemplo, por questões habitacionais, mas simplesmente não se pode

¹⁰ De acordo com Courgeau (1975), o espaço de vida seria o espaço onde o indivíduo realiza as atividades relativas à sua reprodução social e econômica (trabalho, lazer, compras, estudo, etc.).

imaginar que o façam imaginando manter os respectivos espaços de vida (COURGEAU, 1975).

Pontua-se que a formação da Macrometrópole Paulista se perfaz pela dispersão e pela coesão, em uma dimensão multiescalar transcrita por fluxos topográficos e topológicos. Ou seja, há uma integração sempre crescente entre diferentes núcleos urbanos e distintos grupos de municípios através de um espaço de fluxos, como ressaltado anteriormente. Devido à ampliação deste espaço de fluxos, observa-se que para uma porção cada vez maior da população, o espaço de vida cotidiano se desenvolve também em uma escala macrometropolitana, como vem ocorrendo para os habitantes das regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba, que se deslocam diariamente entre essas regiões. Esses deslocamentos envolvem principalmente empresários, profissionais e professores, mas sem que haja uma efetiva integração da vida cotidiana entre os diferentes municípios, mencionados anteriormente, como ocorre no sistema macrometropolitano, tal qual salientado por Reis (2006):

“A regionalização do cotidiano implica necessariamente no aumento da mobilidade da população e dos serviços. O sistema implantado no mercado de trabalho pelo setor industrial, terminou por induzir também a mobilidade nas áreas de comércio, nos serviços, no ensino e no lazer. As oportunidades oferecidas pelo comércio e pelos serviços já não são analisadas pelos empresários em escala local, mas em escala regional, pressupondo uma mobilidade constante dos habitantes dessas regiões, na oferta de serviços (REIS, 2006, p. 92) ”.

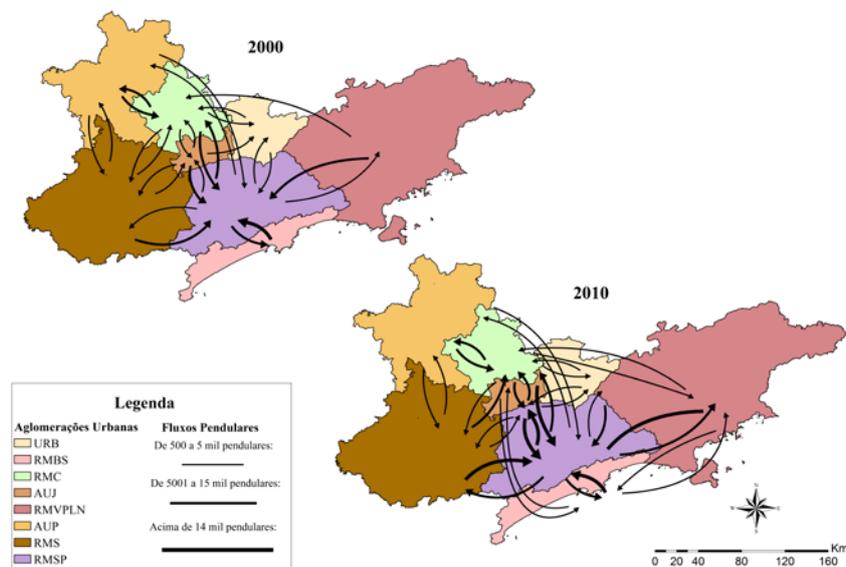
Portanto, com a formação de novas morfologias urbanas, têm-se também mudanças nas dinâmicas demográficas e em especial na mobilidade espacial da população, já que com a expansão do processo de metropolização e com a dilatação do tecido urbano, o espaço de vida cotidiano se desenvolve em diversas escalas, ou seja, o fazer a vida se dá sobre novas bases territoriais. Assim, se os movimentos populacionais no âmbito intrametropolitano revelam a contínua dispersão do tecido urbano, os fluxos entre as aglomerações urbanas podem expressar uma lógica da coesão entre os diversos aglomerados que compõem as novas unidades territoriais em um âmbito urbano-regional. No caso da chamada Macrometrópole Paulista, a unidade desta área se perfaz, em grande parte, em razão dos fluxos pendulares realizados diariamente entre as regiões. Tais fluxos revelam um compartilhamento de infraestrutura e de um mercado de trabalho entre as regiões, bem como exprimem a forma como se organiza a divisão territorial do trabalho nessa unidade regional.

Na Grande Paris, por exemplo, os movimentos pendulares são notadamente freqüentes e também respondem à lógica de interação entre os mercados de terra e de trabalho, semelhante ao fenômeno visto nas RMs brasileiras. Ocorreu ao mesmo tempo, desde a década de 1970, um processo de suburbanização do emprego e das residências, locados em espaços diferentes da área metropolitana de Paris, que alimentou a necessidade de deslocamentos pendulares por seus residentes (METROPLIS ETC P 35)

Las ciudades nuevas, en particular las mejor conectadas con París (Cergy y Saint-Quentin-en-Yvelines), recogieron cerca de la mitad del crecimiento Del empleo regional. No por ello constituyen aún verdaderos pólos que estructuren la cuenca de de empleo parisiense: com El 5% de los empleos para El 5,5% de los activos regionales, todavia son globalmente deficitárias. Y aun en las zonas donde um cierto equilibrio parece haberse alcanzado, menos de uno de cuatro activos trabaja em El município em El que reside, Las ciudades nuevas, a la vez de pólos de empleo y zonas-dormitorio, participan em El gran cruce de migraciones cotidianas em Ile-de-France. Ciertamente aun se observa uma mejor tasa de empleo em El mismo lugar(em mismo município de residência, o cerca), uma mejor integración de la gente recién instalada a un mercado laboral local em fuerte crecimiento em los años 1980. Pero la proporcion de movimientos pendulares largos (más de 20km) es más fuerte que em los otros municipios situados a la misma distancia de París (...). (BERGER, 2002, P. 56-57)

Neste sentido, o Mapa 4 apresenta os fluxos pendulares entre os aglomerados urbanos que compõem a Macrometrópole Paulista entre os anos de 2000 e 2010. De acordo com essas figuras, pode-se observar o aumento da mobilidade pendular entre os períodos analisados. Segundo Cunha *et al* (2013), a mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista teve um incremento de mais de 76% entre esses dois períodos, passando de um total de 1,5 milhões de pendulares, em 2000, para quase três milhões de pessoas segundo o Censo de 2010. Assim, esse aumento nos movimentos pendulares, mesmo em tempos de baixo crescimento demográfico e de redução dos grandes fluxos migratórios, revela a crescente integração funcional, tanto do mercado de trabalho, quanto de infraestrutura, lazer e estudo entre os territórios que compõem a Macrometrópole. Portanto, o aumento da mobilidade pendular reflete os movimentos de rearranjos e de coesão desse sistema urbana disperso.

Mapa 4: Fluxos pendulares intra-regionais. Macrometrópole Paulista, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE: Censos Demográficos, 2000 e 2010.

Considera-se que os fluxos migratórios e pendulares (parte da dimensão topográfica) contribuem para revelar a existência de **complementariedades socioespaciais** existentes no contexto espacial mais amplo desta nova formação espacial, porque revelam a crescente ampliação em termos espaciais de duas das dimensões fundamentais para a inserção das famílias ou indivíduos no meio urbano: o mercado de terras e o mercado de trabalho. Como se verá mais adiante, os estudos até aqui realizados dão conta de que ao mesmo tempo em que as dinâmicas metropolitanas não se anulam e até mesmo se ampliam, começam a surgir e delinear dinâmicas que extrapolam os limites das tradicionais regiões metropolitanas; motivados, em grande medida, pelas duas dimensões anteriormente mencionadas.

No entanto, é necessário ressaltar que, devido ao fato de a mobilidade espacial impor custos financeiros aos indivíduos (que nos casos dos deslocamentos inter-regionais tendem a ser bem maiores), esta integração impõe limites em termos das pessoas envolvidas, o que ocasiona uma importante seletividade dos grupos sociais envolvidos nesta nova forma de metropolização do espaço.

Destaca-se que a articulação e organização destas partes remetem a uma divisão territorial do trabalho (indústria, serviços, lazer, residência, etc.), em que cada uma delas exerce uma função. Com isso, são geradas interações espaciais entre estas de tal forma que, de acordo com a intensidade e a natureza das mesmas, pode-se gerar uma unidade espacial formada por essas diferentes partes, ainda que não haja continuidade da ocupação do ambiente construído.

Como visto anteriormente, o processo de urbanização e metropolização do espaço na atualidade parece seguir essa lógica de organização, tendo em vista que não se encontra essencialmente respaldado na continuidade de suas manchas urbanas, como nas metrópoles fordistas, e sim nas **complementariedades socioespaciais** estabelecidas entre os diferentes lugares que o processo de metropolização atinge. Mesmo com descontinuidades e fragmentação de ocupação, os diferentes núcleos urbanos podem se encontrar articulados, formando um único sistema urbano através de um espaço de fluxos.

Neste sentido, uma clara expressão da formação de complementariedades socioespaciais na Macrometrópole Paulista pode ser percebida pela dinâmica do mercado de terras e de trabalho. Esta constatação é, em grande medida, explicitada pela Tabela 2, que cruza os dados referentes à condição migratória dos indivíduos com sua situação em termos da pendularidade. Pelos dados, percebe-se que as mudanças de residência no âmbito intrametropolitano refletem muito mais a busca por moradia do que a migração oriunda de outras regiões. Observa-se, também, que os migrantes trabalhavam, em sua maioria, nos municípios de residência, independentemente da modalidade migratória. Como já demonstrado em outros estudos (SILVA, CUNHA & ORTEGA, 2017) e através da Tabela

2, percebe-se que no caso da imigração intrametropolitana, um alto percentual de indivíduos que migraram, mas continuaram trabalhando no município de residência anterior, fato que não deixa lugar a dúvidas sobre a motivação predominante, ou seja, melhores condições de moradia.

No entanto, para efeitos da argumentação sobre a “ampliação” do processo de metropolização envolvendo distintas regiões, o que mais interessa notar na Tabela 2 é o comportamento da migração entre as regiões da Macrometrópole. De fato, embora ainda em uma intensidade ainda reduzida, o que se percebe é que especialmente no caso de Campinas e da Baixada Santista – áreas sabidamente mais “integradas” à RMSP –, a proporção de pessoas que migraram para estas áreas, mas trabalhavam em um município distinto fora da RM foi bem significativo: no caso de Campinas, quase 35% destes não trabalhavam na região e na Baixada Santista esta cifra chega a 21%¹¹. Ou seja, neste caso, o dado sugere que se está muito provavelmente frente a situações de pessoas que apenas se mudaram para estas RMs, mas criaram vínculo profissional com a área. Os mais de uma centena de ônibus fretados que saem do município de Campinas diariamente rumo a São Paulo são apenas uma amostra do que seria, a partir de nossa leitura, a complementaridade entre as duas regiões em termos também do mercado de terras.

¹¹ Estes valores pode ser obtidos somando as linhas referentes a “município em 2005” e “outros município” pois em se tratando de migrantes que fizeram o movimento entre regiões da macrometrópole, estas duas categorias contemplam justamente os que não trabalham na região de destino.

Tabela 2: Migrante de data-fixa segundo modalidade e origem de grupo de municípios de trabalho, por regiões metropolitanas do Estado de São Paulo. Macrometrópole Paulista, 2010.

Modalidade Migratória	Município de trabalho	Região em 2010				Total
		RMSP	RMC	RMBS	RMVPLN	
Intrametropolitana	Próprio município	42,0	40,0	40,8	69,2	43,9
	Município em 2005	34,6	30,6	33,7	18,3	32,8
	Outro município da RM	20,5	3,7	18,1	8,0	17,5
	Outro município	2,9	25,7	7,4	4,5	5,8
	Subtotal	127.776	18.422	12.274	13.850	172.321
Intra-MMP	Próprio município	78,4	53,5	66,6	79,8	67,8
	Município em 2005	2,7	6,0	14,7	5,8	7,0
	Município da RM	15,2	11,9	12,4	8,4	12,4
	Outro município	3,6	28,7	6,3	6,0	12,9
	Subtotal	18.243	21.106	14.225	10.195	63.769
Outros ESP	Próprio município	80,1	66,3	72,6	83,7	75,4
	Município em 2005	1,1	1,5	2,7	1,4	1,4
	Município da RM	15,0	12,7	16,9	7,4	13,9
	Outro município	3,8	19,5	7,8	7,5	9,3
	Subtotal	14.244	8.540	2.367	1.836	26.988
Interestadual (*)	Próprio município	83,2	66,1	72,3	87,4	80,5
	Município em 2005	0,4	1,0	0,7	0,7	0,5
	Município da RM	14,0	15,2	21,6	6,7	14,0
	Outro município	2,4	17,7	5,3	5,2	4,9
	Subtotal	124.497	24.295	8.928	13.071	170.792
Total		284.760	72.363	37.795	38.951	433.869

Fonte: Fonte: SILVA, CUNHA & ORTEGA, 2017.

Portanto, através deste conjunto de dados sobre a mobilidade espacial da população da Macrometrópole Paulista, observa-se uma complementariedade funcional entre as regiões, tal qual destaca Lencioni (2011) ao afirmar que os “movimentos pendulares cotidianos entre o morar e o trabalhar em cidades distintas representam uma de suas principais características” (LENCIONI, 2011, p.139). Porém, é preciso destacar que os sentidos dos fluxos migratórios e pendulares no espaço da macrometrópole, como já reiterado, relacionam-se com as distintas lógicas de produção do espaço, mas também colaboram para este inevitável fato de formação de uma nova morfologia urbana que transcende as velhas formas.

Por último, mas não menos importante, é preciso mencionar que se se considera este fenômeno um fato inegável, também não se deve ingenuamente imaginar que este esteja em sua plena expressão. Assim como Souza (1978) já o prenunciava há muitas décadas, ainda se está longe da consolidação do mesmo e, sobretudo, do que será sua forma final. De todas as maneiras, a respostas demográficas já aparecem mostram ser muito coerentes e eloquentes: fluxos pendulares distintos em seus volumes e características daqueles que se observa no âmbito intrametropolitano mesmo valendo para a migração, ou como defendido neste trabalho, a mobilidade residencial.

Considerações finais

Este artigo foi desenvolvido com o intuito de sistematizar, a partir de uma leitura sociodemográfica, elementos teórico-conceituais que foram observados através das diversas análises dos dados das regiões metropolitanas brasileiras, e em especial da Macrometrópole Paulista. Compreende-se que as análises procedidas sobre fenômeno urbano na atualidade necessitam ser constantemente revisitadas e reavaliadas com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão em vista de sua complexidade assumida nos últimos anos, especialmente no que se refere aos processos sociodemográficos associados.

Basicamente, três elementos teórico-analíticos foram resgatados e desenvolvidos: contiguidade socioespacial, potencial endógeno de redistribuição interna da população e complementariedades socioespaciais. Na visão proposta pelo presente estudo, tais noções se apresentam como fundamentais para o melhor entendimento das novas faces demográficas assumidas pela metrópole na contemporaneidade, especialmente, em um momento de baixo crescimento demográfico, de fragmentação do tecido metropolitano e de espraiamento geográfico do fenômeno da metropolização do espaço.

Sempre corroborados pelos dados empíricos de trabalhos realizados anteriormente, considerou-se: a idéia de **contigüidade socioespacial**, característica importante do processo metropolitano brasileiro, que objetiva demonstrar o processo de integralização dos processos socioespaciais (ocupação, segregação socioespacial, etc.), entre as diversas cidades que compõem as áreas metropolitanas; a relevância do **potencial endógeno de redistribuição interna da população**, que explica crescimento demográfico observado em determinadas partes da estrutura metropolitana, a despeito da tendência de arrefecimento dos fluxos migratórios de longa distância destinados às metrópoles e do baixo crescimento vegetativo; e as **complementariedades socioespaciais** de diversas áreas, em especial as regiões que constituem a MMP, principalmente considerando a importância dos fluxos, não só migratórios, mas especialmente os fluxos diários de deslocamento populacional para trabalho ou estudo, que articulam os diversos espaços das metrópoles brasileiras.

Referências

- ASCHER, F. Metapolis: acerca do futuro das cidades. Oeiras: Celta Editora, 1998
- BERGER, M. París: desconcentración del hábitat y de los empleos *in* DUREAU, F.; DUPONT, V; LELIÈVRE, E.; LÉVY, J-P; LULLE, T. (orgs.) Metrópolis en movimiento: Una comparación internacional. Colombia (S/L): Alfaomega, 2002.
- BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferias: a ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. Cadernos de Estudos e Pesquisa, São Paulo, n. 2, 1979.
- BRITO, F.; PINHO, B. A. . A dinâmica do processo de urbanização no Brasil. Texto para a Discussão, CEDEPLAR, v. 464, p. 1, 2012.
- CARLOS, A. F. A..Dinâmica urbana e metropolização: desvendando os processos espaciais. In: Alvaro Ferreira; João Rua; Glaucio José Marafon; Augusto César Pinheiro da Silva.

(Org.). *Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, v. , p. 35-52.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CUNHA, J. M. P. *Mobilidade espacial da população: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2011.

COSTA, H. (Org.) *Novas periferias metropolitanas: a expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul*. Belo Horizonte: C/Arte, 2006.

COURGEAU, D. *Le concept de migration*. In: *Actes du 4ème colloque de démographie africaine*, Institut national de la statistique et de la démographie, 27-33. Ouagadougou, BF, 1975.

CUNHA, J. M. P. da; STOCO, Sergio ; DOTA, Ednelson M. ; NEGREIROS, R. ; MIRANDA, Z. A. I. . *A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial*. CADERNOS METRÓPOLE, v. 15, p. 433-459, 2013.

CUNHA, J. M. P. da. *A migração interna no Brasil nos últimos 50 anos: (des) continuidades e rupturas..* In: Marta Arretche. (Org.). *Trajetórias das desigualdades, como Brasil Mudou nos últimos 50 anos*. 1ed. São Paulo: Unesp, 2015, v. 1, p. 279-307.

CUNHA, J.M.P et al. (org.). *Dinâmica demográfica e socioespacial no Brasil Metropolitano: convergências e especificidades regionais*. No prelo.

CUNHA, J. M. P. da. *População, Dinâmica e Migração*. In: Eduardo Marques. (Org.). *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades*. 1ed. São Paulo: Unesp, 2015, v. 1, p. 107-146.

DAVIDOVICH, F. "A 'volta da metrópole' no Brasil: referências para a gestão territorial. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.) (2004). *Metrópoles entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo/Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo.

DE MATTOS, C. *Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana*. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.), *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Editora Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase. p. 157-196, 2004.

DUPONT, V. *Delhi: Una dinámica centrífuga de poblamiento* in DUREAU, F.; DUPONT, V; LELIÈVRE, E.; LÉVY, J-P; LULLE, T. (orgs.) *Metropólís en movimiento: Una comparación internacional*. Colombia (S/L): Alfaomega, 2002.

DUREAU, F. *Bogotá: una doble dinámica de expansión espacial y de densificación de espacios ya urbanizados* in DUREAU, F.; DUPONT, V; LELIÈVRE, E.; LÉVY, J-P; LULLE, T. (orgs.) *Metropólís en movimiento: Una comparación internacional*. Colombia (S/L): Alfaomega, 2002.

DUREAU, F.; DUPONT, V; LELIÈVRE, E.; LÉVY, J-P; LULLE, T. (orgs.) *Metropólís en movimiento: Una comparación internacional*. Colombia (S/L): Alfaomega, 2002.

EL KADI, G. *El Cairo: moviidades residenciales y funcionales a la luz de las políticas urbanas* in DUREAU, F.; DUPONT, V; LELIÈVRE, E.; LÉVY, J-P; LULLE, T. (orgs.) *Metropólís en movimiento: Una comparación internacional*. Colombia (S/L): Alfaomega, 2002.

GARREAU, J *Edge city: life in the new frontier*. Nueva York: Doubleday, 1991.

- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP, n.29, p. 98-119, 1991.
- HAAS, D. H. Migration and Development: a theoretical perspective. In *International Migration Review*, n.44, v.1, p.227-264, 2010.
- HARVEY, D. Os Limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- INDOVINA, F. La città diffusa, Venècia: DAEST-IUAV, 1991.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Livro 6, Vol. 2. Brasília, 2010.
- LACERDA, Norma; MENDES ZANCHETTI, Sílvia; DINIZ, Fernando. Planejamento metropolitano: uma proposta de conservação urbana e territorial. EURE (Santiago), Santiago, v. 26, n. 79, dez. 2000.
- LENCIONI, S. A Emergência de um Novo Fato Urbano de Caráter Metropolitano. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: X Encontro Nacional da ANPUR, 2003, Belo Horizonte. Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, 2003.
- LENCIONI, S. Da Cidade e sua Região à Cidade-região. In: Lima, Luiz Cruz; Elias, Denise; Silva, José Borzacchiello da. (Org.). *Panorama da Geografia Brasileira I*. 1ed. São Paulo: Annablume, v. I, p. 65-76, 2006.
- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. *Revista de Geografia Norte Grande*, nº 39, 2008, pp. 7-20.
- LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 120, p. 133-148-148, 2011.
- LENCIONI, S. Metropolização do espaço e a constituição de megaregiões. In: Álvaro Ferreira, João Rua, Regina Célia de Mattos. (Org.). *Desafios da Metropolização do Espaço*. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, v. , p. 35-68, 2015
- LESSA, C. Acumulação oligárquica e formação das metrópoles. *Pensamiento Iberoamericano*, Cepal, n. 7, pp. 214-216, 1985.
- LIPIETZ, A. Fordismo, Fordismo Periférico e Metropolização. Porto Alegre, *Ensaio FEE*, 1989.
- MAGALHÃES, F. Transformações socioespaciais na cidade-região em formação: a economia geopolítica do novo arranjo espacial metropolitano. Dissertação (Mestrado, Geografia) – Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- MEYER, R. M. P. Atributos da metrópole moderna. São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 3-9, 2000.
- MOLOTCH, Harvey L. The growth machine: towards a political economy of place. *American Journal of Sociology*, vol. 82, n. 2, 1976.
- MOURA, R. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- MARTINE, G. A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80. Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro, p. 1-46, 1994.
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Revista ESTUDOS AVANÇADOS* vol.17 no.48 Mai/Ago. São Paulo 2003.

- SANTOS, 1993. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel/Secretaria de Estado da Cultura. 1993
- SASSEN, S. *The Global City: New York, London, Tokyo*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.
- SILVA, K. A. A. ; CUNHA, J.M.O ; ORTEGA, G. M . Um olhar demográfico sobre a constituição da macrometrópole paulista: fluxos populacionais, integração e complementaridade. *CADERNOS METRÓPOLE (PUCSP)*, v. 19, p. 721-748, 2017.
- SCOTT, A. et al. *Cidades-regiões globais. Espaço e debates: aliança e competição entre cidades*, São Paulo, n. 41, p. 11-25, 2001.
- SOBRINO, J. *Patrones de dispersión intrametropolitana en México*. *Estudios Demográficos y Urbanos*, v. 22, n.3, p.583-617, 2007.
- SOJA, E. W. *The third space: journeys to L.A. and other real-and-imagined places*, Oxford: Blackwell, 1996.
- SOUZA, M. A. *Cidades médias e desenvolvimento industrial – uma proposta de descentralização metropolitana. Série Estudos e Pesquisas*, 17, Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, São Paulo, 1978.
- SPOSITO, M. *Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil*. *Investigaciones Geográficas - Bol. Inst. de Geografía*, México, v. 54, p. 114-139, 2004.
- REIS FILHO, N. G. *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo, Via das Artes, 2006.